



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

Rua Mato Grosso, 943 –centro –fone PABX–(65) 582-1153/1154/1157 CEP 78875000 – E-mail
prefgnt@terra.com.br

LEI N° 047 de Junho de 1998

**"Dispõe sobre as Diretrizes
Orçamentárias para o exercício de
1999 e dá outras providências"**

Antônio de Deus da Silva, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o dispositivo no artigo 165, parágrafo 9º da Constituição Federal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - São Diretrizes Orçamentais Gerais instruções que norteiam elaboração do orçamento do Município para o exercício de 1999 e do Plano Plurianual.

ART. 2º - O montante das despesas não poderá ser superior ao da receita.

ART. 3º - As receitas e as despesas serão estimadas, seguindo o preço vigente em julho/98.

ART. 4º - Será encaminhado até o final do exercício de 1998, a Lei sobre a criação do Código Tributário Municipal.

ART. 5º - Os projetos em fases de execução terão prioridade sobre os novos projetos não podendo ser paralisados sem autorização legislativa.

Parágrafo Único - As obras e serviços cuja execução ultrapassarem o exercício de 1999, constarão obrigatoriamente do Plano Plurianual.

ART. 6º - A manutenção das atividades terá prioridade sobre as ações de expansões.

ART. 7º - Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Parágrafo Único - Poderão ser incluídos programas não relacionados, deste que financiados, com recursos de outras esferas de governo.

ART. 8º - As despesas com pessoal não poderão exceder 60% (SESSENTA POR CENTO) da receita corrente, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 82/95.

ART. 9º - O pagamento do serviço da dívida pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

ART. 10º - O poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, poderá fazer a seleção de

prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta Lei.

Parágrafo Único - As prioridades estabelecidas no Anexo I da presente Lei poderão ser ajustada á proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas.

ART. 11 - O Poder Executivo poderá firmar convênios, contratos, ajustes, bem como locação de imóvel para desenvolvimento de programas, nas áreas de Educação e Cultura, Saúde, Assistência Social, Saneamento e outros projetos considerados de utilidade pública.

ART. 12 - O recursos ordinários do Tesouro Nacional somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas as despesas com pessoal, encargos sociais e serviços da dívida contratada (amortização de operação de créditos).

ART. 13 - O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas da Administração direta e Indireta, Autarquias e fundações.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária compreenderá:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento de Investimento;

III - Orçamento de Seguridade Social.

ART. 14 - Constituem as receitas do município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência;

II - de atividades econômicas, que pôr sua conveniência possam ser executadas:

III - de transferência pôr força de mandamento constitucional, ou de convênios firmados com entidades privadas e governamentais em todos as esferas de governo;

IV - de empréstimos tomados pôr antecipação de receita de alguns serviços mantidos pela administração municipal.

ART. 15 - Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de bens e serviços para o cumprimento dos objetivos do município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

ART. 16 - O município executará as prioridades estabelecidas no Anexo I, e, de acordo com o artigo 9º da presente Lei.

ART. 17 - O Projeto da Lei Orçamentária Anual será elaborada de acordo com o ARTigo 165 da Constituição Federal.

ART. 18 - Na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 1999, a discriminação da despesa far-se-á de conformidade com a Lei nº 4.320/64.

ART. 19 - No Orçamento Anual do Município constarão obrigatoriamente:

I - recursos destinados à manutenção do Poder Legislativo;

II - recursos destinados ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;

III - recursos destinados à cobertura de precatória do Poder Judiciário, conforme dispõe o artigo 100 da Constituição Federal;

IV - recursos para pagamento de pessoal e seus encargos.

ART. 20 - O Poder Executivo poderá realizar serviços públicos municipais remunerados, inclusive as atividades de execução de obras públicas, das quais possam beneficiar imóveis, cujos serão cobertos pela contribuição de melhoria, buscando equilíbrio na gestão financeira através de utilização de recursos que lhe for consignado.

ART. 21 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL

- Construção do Prédio da Câmara Municipal;
- Aquis. Equip. Maq. Móveis e Utensílios;
- Aquisição de Veículos;
- Manutenção e Encargos c/ Câmara Municipal;
- Despesas c/ Publicidade;
- Aquisição de Linhas Telefônicas;
- Aquisição de Imóveis.

EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO Gabinete do Prefeito

- Aquis. Equip. Maq. Móveis e Utensílios;
- Aquisição de veículos;
- Manutenção e Encargos c? Gab. Do Prefeito;
- Despesas c/ Publicidade.

JUNTA MILITAR

- Aquis. Equip. Maq. Móveis e Utensílios;
- Manutenção e Encargos c/ Junta Militar.

UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRO

- Aquis. Equip. Maq. Móveis e Utensílios;
- Manut. E Encargos c/ Unid. Municipal de Cadastro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Gabinete do Secretário

- Aquis. Equip. Maq. Móveis e utensílios;
- Manut. E Encargos c/ Gab. Do Secretário;
- Aquisição de Linhas Telefônicas;
- Capacitação de recursos humanos.

SETOR DE FINANÇAS/TESOURARIA/CONTABILIDADE

- Aquis. Equip. Maq. Móveis e Utensílios;
- Manut. E Encargos c/ Set. Finanças/Tesouraria/Contabilidade;
- Aquis. de Equipamentos de informática;
- Aquis. de Linha Telefônica;
- Contribuição ao P.A.S..E.P..

SETOR DE SAÚDE/SANEAMENTO/ AÇÃO SOCIAL

- Aquis. Equip. Maq. Móveis e Utensílios;
- Construção do Posto de Saúde;
- Construção de um Mini-Hospital;
- Manut. E encargos c/ setor Saúde/ Saneamento/Ação Social;
- Aquisição de Ambulância;
- Implantação de Laboratórios de Análise Clínicas;
- Implantação de Laboratório Odontológico.

SETOR DE EDUCAÇÃO/ CULTURA/ESPORTE/TURISMO/LAZER

- Manut. E Encargos c/ ensino Pré-Escolar;
- Construção de Escola Pública Municipal;
- Aquisição de Ônibus e Micro-Ônibus;
- Aquisição de veículos;
- Ampl. Ref. De Escolas Públicas Municipais;
- Manut. E encargos c/Setor de Educação e Cultura;
- Aquis. Equip. Maq. Móveis e Utensílios;
- Construção de Quadras Poliesportivas;
- Construção de Ginásio de Esportes;
- Construção de Estádio Municipal;
- Manut. E encargos c/Setor Esporte/ Turismo/Lazer;
- Distribuição de Merenda Escolar;
- Construção de Creche;
- Construção da Biblioteca Pública;
- Manutenção do fundo do Ensino Fundamental;
- Incentivo ao Turismo e Lazer.

SETOR DE OBRAS/VIAÇÃO/SERVIÇOS PÚBLICO

- Construção da Delegacia de Policia;
- Construção do Laticínio;
- Construção do Paço Municipal;
- Aquisição de Veículos;
- Construção de Parques e Jardins;
- Construção de Praças Públicas Municipais;
- Construção de Meio Fio, Guias e Sarjetas;
- Aberturas de Ruas e Avenidas da Cidade;
- Pavimento Asfáltica;
- Construção de Rede de Esgoto;
- Construção de Parque de Exposição;
- Construção da Rodoviária;
- Aquisição de Imóveis;
- Locação de Caminhões, Máquinas e Veículos;
- Manut. E Encargos c/Setor Obras/Viação/Serviços públicos;
- Construção Ampl. Rede de Energia Elétrica;
- Arborização de ruas e Avenidas;
- Construção de Galerias Águas Pluviais;
- Construção e Ref. De Pontes e Pontilhões;
- Abertura e Construção das Estradas Municipais;
- Aquis. Maq. Equip. rodoviárias;
- Aquisição de Caminhões;
- Aquis. Equip. Maq. Móveis e Utensílios;
- Manut. E encargos c/Depto. Estradas de Rodagem.

SETOR/AGRICULTURA/PECUÁRIA/DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- Incrementos à produção de hortifrigoríferos.
- Subsídio de 50% na aquisição de calcário para pequenos agricultores.
- Incentivo à formação de cooperativas e micro empresas.
- Incentivos às Associações Comunitárias Rurais.
- Incentivo à Produção Leiteira.
- Incentivo à Criação de Pequenos Animais.
- Incentivo à Construção da Sede Própria do INDEA.
- Defesa e prestação do Meio Ambiente.
- Incentivo à Construção do Escritório Local, em parceria Prefeitura/Fema/Ibama, para proteção e preservação do Meio Ambiente.
- Aquisição de implementos e máquinas agrícola.
- Construção de Armazém com Secador.

Paço Municipal, em Gaúcha do Norte, em 18 de junho
1.998

ANTÔNIO DE DEUS DA SILVA.
Prefeitura Municipal